ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JORGE ARAÚJO, JÚLIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SANDRO FILHO, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciado o vereador JOÃO CLÁUDIO BACELAR. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Lei n. 573/25 do vereador Cezar Leite; Projetos de Indicação n.s 585/25 da vereadora Debora Santana e 586 a 589/25 da vereadora Isabela Sousa; Projeto de Resolução n. 133/25 do vereador Carlos Muniz; Requerimento de Utilidade Pública n. 55/25 do vereador Rodrigo Amaral; Moções n.s 329/25 da vereadora Aladilce Souza, 330/25 do vereador Felipe Santana e 331 a 339/25 da vereadora Aladilce Souza. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as

licenças dos vereadores Debora Santana (1º, 15 e 16 de dezembro), Hélio Ferreira (15 de dezembro), Isabela Sousa (15 de dezembro) e João Cláudio Bacelar (15 e 17 de dezembro). Nos **Registros**, o vereador Cezar Leite expressou pesar pelo assassinato, por traficantes, de três trabalhadores que estavam em serviço no Alto do Cabrito. Repudiou a situação de violência na Cidade e o poder paralelo dos traficantes. Criticou o Governo do Estado por essa situação, bem como a postura de se culparem as vítimas pelos fatos. O vereador Orlando Palhinha discorreu sobre a possibilidade de o VLT ter uma estação em área de UPA e contou estar cobrando o Governo do Estado quanto a isso. Expôs sobre ações de mobilidade urbana interligando pontos da Cidade Baixa e Subúrbio Ferroviário, como a ligação Plataforma-Ribeira. O vereador Ricardo Almeida lembrou matérias tratadas na Casa este ano, como a aprovação do subsídio que evitava aumento de tarifa nos transportes. Também lembrou a criação de plano de cargos e vencimentos de servidores. Mencionou o Projeto do Plano de Segurança Pública e os seus Projetos para acolhimento a gestantes abandonadas por companheiros e para inserção, no currículo escolar, da Independência do Brasil na Bahia. O vereador Randerson Leal agradeceu à sua equipe pelo trabalho em 100 Proposições neste ano. Destacou a criação da Faixa Azul, para motociclistas, e informou a ampliação desse recurso. Mencionou os seus Projetos para os filmes começarem pontualmente nos cinemas e para a extinção de cobrança de estacionamento nos *shoppings*, e defendeu a recriação de secretaria municipal para os esportes. A vereadora Marta Rodrigues registrou a presença de servidores da Prefeitura, cujos pleitos defendeu. Comentou sobre audiência pública a respeito da reforma administrativa, apontando, nessa reforma, a precarização do serviço público. Criticou o tratamento dado pela Prefeitura à Educação. O vereador Hélio Ferreira parabenizou as discussões feitas na Casa, especialmente nas Comissões. Destacou a audiência sobre a tarifa-zero e enalteceu o trabalho da Ouvidoria da Casa. O vereador Duda Sanches discorreu sobre a Lei, de iniciativa sua, para a instalação de câmeras em carros de aplicativo. Explicou que a medida

visava ao bem de motoristas e passageiros, e que seu custeio não recairia sobre os trabalhadores, mas sim, sobre as empresas. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz, presidente da CMS, que consultou as lideranças sobre a inversão da pauta para a votação imediata da Ordem do Dia. Havendo acordo, deu-se início à **Ordem do Dia**, sendo apreciado o Veto total n. 7/25, o qual, após discutido e votado, foi mantido, contra o voto do vereador Sidninho. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n. 6/25. Incialmente, foram colhidos votos para o Parecer na Comissão de Saúde, a qual, assim como as demais, aprovou o Parecer, havendo a vereadora Aladilce Souza ressalvado a necessidade futura de se discutir a situação dos servidores da Saúde. Após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 6/25 foi aprovado, até a Redação Final. Na sequência, passou-se ao Projeto de Lei n. 398/25, do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026 a 2029. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues destacou o teor do PPA, considerando que ele refletia uma concepção de cidade, à qual ela se opunha. Afirmou que o PPA não alterava a matriz econômica da Cidade e não contemplava algumas categorias de trabalhadores. Apontou o não-aumento de arrecadação e a falta de recursos para ações importantes. Defendeu a inclusão das pessoas nos serviços de saúde e outras ações municipais. A vereadora Aladilce Souza assinalou as diretrizes que eram estabelecidas no PPA. Observou que alguns pontos previam custeio por recursos contratados e avaliou que a Prefeitura não tinha autonomia financeira. Defendeu o desenvolvimento humano e econômico sustentável, enfrentando-se a pobreza. Afirmou que a reparação racial era excluída e que o PIB não crescia. Criticou a Educação municipal e o fechamento de uma escola. Pela ordem, a vereadora Cris Correia rebateu a oradora e apontou acréscimo de vagas na rede municipal. O vereador Sílvio Humberto endossou as falas das oradoras antecedentes e afirmou que o novo PPA não quebraria o círculo vicioso da pobreza, relacionado ao racismo. Apontou falta de diálogo da Prefeitura com os problemas da Cidade. Criticou o avanço de construções em áreas verdes. Observou o não-crescimento do PIB e a dependência

econômica do IPTU. O vereador Hamilton Assis criticou a ausência de debate sobre o PPA, afirmando que se deixavam de fora instrumentos para se fazer justiça social. Citou previsões do Estatuto da Igualdade Racial que não eram atendidos no diploma. Apontou a demanda por vagas em escolas e criticou o programa *Pé na Escola*. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 398/25 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eliete Paraguassu, Felipe Santana, Hamilton Assis, Hélio Ferreira, Marta Rodrigues, Randerson Leal e Sílvio Humberto. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 422/25, de desapropriação de bens imóveis por hasta pública. Em discussão, a vereadora Aladilce Souza explicou que o Projeto incidiria sobre imóveis antigos do Centro e disse que a Oposição tinha dúvidas. Afirmou não haver segurança jurídica quanto ao que se pretendia. Lembrou que a secretária da Fazenda, em visita à CMS para tratar do Projeto, chegara a concordar com o que a Oposição lhe mostrava. Defendeu modelo de investimento com regularização fundiária e melhoria na habitação das pessoas. O vereador Hamilton Assis opinou que os votos favoráveis a este Projeto se dariam mais por fidelidade ao grupo político, ante a impropriedade que via no Projeto. Afirmou que a desapropriação era desvirtuada como instrumento para fins públicos previstos em lei para uma boa política urbana. Criticou o modelo econômico alicerçado apenas em grandes empresas e avaliou haver uma escolha política quanto a isso. A vereadora Marta Rodrigues defendeu que audiências públicas tivessem sido promovidas para se debater este tipo de desapropriação. Apontou o não-atendimento à Constituição Federal e ao acordado em reunião com a secretária da Fazenda. Mencionou Emenda aditiva sobre o Projeto. Afirmou que não se respeitavam o Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), cuja demora para renovação criticou, e a Lei Orgânica do Município (LOM). Mencionou segmentos profissionais que não eram contemplados no diploma. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 422/25 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Cezar Leite, Eliete Paraguassu, Felipe Santana, Hamilton Assis, Hélio

Ferreira, Marta Rodrigues, Randerson Leal e Sílvio Humberto. Na sequência, passou-se ao Projeto de Lei n. 541/25, que acrescentava dispositivos ao Estatuto da Igualdade Racial. Havendo Emenda, subiu à Tribuna para Parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Sidninho, cujo Parecer foi pela rejeição da Emenda. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Aladilce Souza. Submetido ao Plenário, o Parecer foi também aprovado. Em discussão, o vereador Sílvio Humberto explicou que o texto original do Projeto restringia o seu alcance a entidades carnavalescas de matriz africanas e que a sua Emenda, rejeitada, tentava incluir outras entidades de matriz africana fazedoras de cultura. Sublinhou que tal Emenda era rejeitada na capital mais africana do País e criticou a "afroconveniência", dada a ausência de explicação para tal rejeição. Afirmou haver falta de planejamento e de consciência sobre o valor econômico dos conteúdos afro-baianos. Em aparte, a vereadora Marta Rodrigues observou que o próprio Estatuto previa o reconhecimento, pelo Município, das instituições culturais afro-baianas, das quais fornecia amplo e não-exaustivo rol. O orador apelou aos pares para que revertessem o posicionamento da CCJ. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 541/25 foi aprovado até a Redação Final. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 542/25, de prorrogação do prazo de vigência do Programa de Retomada do Setor Cultural do Município de Salvador (PROCULTURA). Em discussão, a vereadora Aladilce Souza pediu que os dados do Programa fossem devidamente analisados pela Prefeitura antes de se tratar da prorrogação do seu prazo. Lamentou que Emendas por ela propostas não tivessem sido consideradas. Afirmou que os beneficiados pelo programa eram os que tinham maiores recursos, enquanto os menores empreendedores, mais impactados pela Pandemia de Covid-19, não tinham a mesma sorte. Também afirmou que a revitalização do Centro não poderia se restringir aos grandes empreendedores, desconsiderando-se os mais pobres. Enalteceu diversos agentes culturais populares. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. O vereador Hamilton Assis cobrou ações concretas para o

enfrentamento às desigualdades, como o acesso a financiamento para os mais carentes. Lembrou a longa greve dos professores, quando a Prefeitura alegava falta de recursos para pagar o piso da categoria, e as renúncias fiscais que a própria Prefeitura realizara. Lamentou que houvesse recursos destinados aos mais ricos e não, aos mais pobres. Lembrou a sua atividade, quando criança, ajudando a mãe, marisqueira, a fazer produtos para vender. A Sessão foi prorrogada por 30 minutos. A vereadora Marta Rodrigues historiou o tratamento ao PROCULTURA nas Comissões, o qual resultara em 11 emendas, havendo 6 acolhidas, inclusive uma sua. Comentou sobre a Baixa dos Sapateiros e o prejuízo que sua loja sofrera com a retirada de linhas de ônibus, e criticou os recursos que seguiam para camarotes carnavalescos mas faltavam para essa antiga área comercial. Indagou sobre os indicadores usados pela Prefeitura para esta prorrogação de prazo, lembrando o papel fiscalizatório da CMS quanto a isso. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. O vereador Sílvio Humberto destacou o desconhecimento quanto aos números do PROCULTURA, o que levava ao desconhecimento quanto à eficácia das empresas beneficiárias e a outros elementos importantes. Afirmou o valor estratégico de se investir em áreas que seguiam negligenciadas, como a Baixa dos Sapateiros. Considerou que o PROCULTURA poderia ser um instrumento interessante. O vereador Cláudio Tinoco lembrou ter sido secretário de Cultura e Turismo e defendeu programas como o PROCULTURA e PROTURISMO. Informou dados sobre o fechamento de hotéis e restaurantes na Pandemia e explicou como tais programas atuaram para apoiar a sobrevivência de muitos estabelecimentos. Criticou o Governo Federal por haver pretendido a extinção de benefício, o que acabara não ocorrendo graças à ação de opositores. Expôs sobre as obras de requalificação da Prefeitura na Barroquinha. Lembrou a transformação do Pelourinho nas gestões dos ex-governadores ACM e Paulo Souto. Convidou os edis da Oposição a ver a situação dos comerciantes dessas áreas junto à Secretaria da Fazenda e afirmou que o grande problema desses comerciantes eram os criminosos. Declarou tristeza com

o assassinato de trabalhadores por traficantes e revolta com os que não davam importância à criminalidade que oprimia tantas pessoas. Retomou a Presidência o senhor presidente Carlos Muniz. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 542/25 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Eliete Paraguassu e Hamilton Assis. Na sequência, passou-se ao Projeto de Lei n. 452/25, que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salvador, para o exercício de 2026. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 452/25 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eliete Paraguassu, Hamilton Assis, Hélio Ferreira, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Em apreciação o Projeto de Lei n. 486/25, subiu à Tribuna, para Parecer pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e de Finanças e Orçamento, o vereador Sidninho, cujo Parecer foi pela rejeição ao Projeto. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, restando rejeitado o Projeto. Também em apreciação o Projeto de Resolução n. 131/25, novamente subiu à Tribuna, para Parecer pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Sidninho, cujo Parecer foi favorável ao Projeto. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Resolução n. 131/25 foi aprovado até a Redação Final. A Sessão foi prorrogada por 1h. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Substitutivo ao Projeto de Lei n. 246/23, Substitutivo ao Projeto de Lei n. 332/23, Substitutivo ao Projeto de Lei n. 14/24 e Substitutivo ao Projeto de Lei n. 271/25; Projetos de Lei n.s 358/17, 194/21 (contra os votos dos vereadores Cezar Leite, Cris Correia, Debora Santana, Duda Sanches, Fábio Souza, George Reis, Ireuda Silva, Jorge Araújo, Júlio Santos, Kênio Rezende, Marcelo Guimarães Neto, Omar Gordilho, Sandro Filho, Ricardo Almeida e Téo Senna), 317/21, 50/22, 254/23, 67/24, 110/24, 137/24, 42/25 (contra os votos da Oposição), 45/25, 49/25, 50/25, 62/25, 72/25 (contra os votos da Oposição), 76/25, 78/25, 126/25, 134/25, 141/25 (contra os votos da Oposição), 147/25 (contra os votos dos vereadores Cezar Leite e Sandro

Filho), 201/25, 263/25, 248/25, 295/25, 323/25, 326/25, 348/25 (contra o voto do vereador Cláudio Tinoco), 359/25, 361/25, 364/25, 369/25, 382/25, 381/25, 385/25, 391/25, 392/25, 432/25, 435/25, 443/25 (contra os votos da Oposição), 444/25 (contra os votos do vereadores Alexandre Aleluia, Ireuda Silva, Júlio Santos e Kênio Rezende), 461/25, 487/25, 503/25 (contra o voto do vereador Alexandre Aleluia), 526/25, 543/25, 552/25, 556/25, 561/25 e 574/25 (contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eliete Paraguassu, Hamilton Assis, Hélio Ferreira, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto); Projetos de Resolução n.s 67/25, 87/25 (contra os votos da Oposição), 88/25 (contra os votos da Oposição), 89/25 (contra os votos da Oposição), 90/25, 91/25, 92/25, 93/25, 94/25, 95/25, 97/25, 98/25, 99/25, 100/25, 101/25, 103/25, 105/25, 106/25, 107/25, 108/25, 109/25, 110/25, 111/25, 112/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 114/25, 115/25, 117/25, 118/25, 120/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 121/25, 122/25, 124/25, 128/25, 129/25 e 130/25; e Projetos de Indicação n.s 617/21, 618/21, 24/22, 28/22, 136/22, 298/23, 123/24, 8/25, 265/25, 386/25, 389/25, 390/25, 391/25, 392/25, 393/25, 394/25, 395/25, 396/25, 397/25, 398/25, 399/25, 401/25, 403/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 404/25, 405/25, 406/25, 407/25, 408/25, 409/25, 410/25, 411/25, 412/25, 413/25, 414/25, 415/25, 416/25, 417/25, 418/25, 419/25, 420/25, 421/25, 422/25, 423/25, 424/25, 425/25, 426/25, 428/25, 429/25, 430/25, 431/25, 432/25, 434/25, 436/25, 437/25, 440/25, 441/25 (contra os votos dos vereadores Alexandre Aleluia, Cezar Leite, Debora Santana, Fábio Souza, Ireuda Silva, Júlio Santos, Kel Torres, Kênio Rezende e Sandro Filho), 442/25, 443/25, 444/25, 445/25, 446/25, 449/25, 450/25, 453/25, 456/25, 458/25, 459/25, 462/25, 463/25, 464/25, 465/25, 466/25, 467/25, 468/25, 469/25, 470/25, 471/25, 472/25, 477/25, 478/25, 480/25, 482/25, 484/25, 485/25, 486/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 487/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 488/25, 489/25, 490/25, 491/25, 492/25, 493/25, 494/25, 495/25, 496/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 497/25, 498/25 (contra os votos dos vereadores Alexandre Aleluia,

Cezar Leite, Ireuda Silva, Júlio Santos, Kel Torres, Kênio Rezende e Sandro Filho) e 499/25 (contra os votos dos vereadores Alexandre Aleluia, Cezar Leite, Ireuda Silva, Júlio Santos, Kel Torres, Kênio Rezende e Sandro Filho). Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas, as seguintes Proposições: Moções n.s 251/25, 252/25, 253/25, 254/25, 255/25, 256/25, 257/25, 258/25, 259/25, 260/25, 261/25, 262/25, 263/25, 264/25, 265/25, 266/25, 267/25, 268/25, 269/25, 270/25, 271/25, 272/25, 273/25, 274/25, 275/25, 276/25, 277/25, 278/25, 279/25, 280/25, 281/25, 282/25, 283/25, 285/25, 286/25, 287/25, 288/25, 290/25, 292/25, 293/25, 294/25, 295/25, 296/25, 297/25, 298/25, 299/25, 300/25, 301/25, 302/25, 303/25, 304/25, 305/25, 306/25, 307/25, 308/25, 309/25 310/25, 311/25, 312/25, 313/25, 314/25, 316/25, 317/25, 318/25, 319/25, 320/25, 321/25, 322/25, 323/25, 324/25, 325/25, 326/25, 327/25, 328/25, 329/25, 330/25, 331/25, 332/25, 333/25, 334/25, 335/25, 336/25, 337/25, 338/25 e 339/25; e Requerimentos n.s 280/25, 281/25, 282/25, 283/25, 284/25, 285/25, 286/25, 287/25, 288/25 (contra os votos dos vereadores da Oposição), 289/25, 290/25, 291/25, 292/25 e 293/25. Findas as votações, reassumiu a Presidência o senhor presidente Carlos Muniz. Alguns vereadores tiveram a palavra para registros e declarações. Por fim, foi lavrada, votada e aprovada a presente Ata. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO